

44.610.755/ 0001-83	POTENCIA BRINDES LTDA	RUA MARINGUA, , 1329 - NOVA BRASILIA	JI-PARANA - RO	MARIA IZABEL RIBEIRO DE ALMADA	203.552.382- 68	(69)99975- 8981
40.015.985/ 0001-43	RAYOR VINICIUS SALES DE JESUS 10221404422	RUA JOÃO MENEZES DE OLIVEIRA, , 34 - MARIA DO CARMO	TOBIAS BARRETO - SE	Rayor Vinicius Sales de Jesus	102.214.044- 22	82 981442575 / 98144- 2575
30.131.373/ 0001-62	Mundi Bolsas Eireli	Rod. Caetano Chiuchetta, , 1600, - Colinas	CONCORDIA - SC	Mirela Lazzari Thomas	021.571.949- 24	(49) 3030- 5599
24.342.184/ 0001-36	MSB COMERCIO SERVIÇOS EIRELI - ME	Av. MAMORÉ, 3686 - TANCREDO NEVES	PORTO VELHO - RO	JOSE TENORIO DA SILVA	040.449.082- 49	(69) 99212- 0510/ 3225-8064
24.525.161/ 0001-67	EVOLUA TECNOLOGIC COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	Av. Abunã - 1º Andar , 1957 - São João Bosco	PORTO VELHO - RO	ARIONILDO ASSIS DE QUEIROGA	394.472.435- 68	(69) 3229- 8264
07.161.584/ 0001-26	RODA VIVA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	AV. PINHEIRO MACHADO,, 5075 - FLODOALDO PONTES PINTO	PORTO VELHO - RO	MAGDA MACHADO	187.180.782- 49	(69) 3212- 0505 / 3222-2290
15.539.260/ 0001-07	GRAFICA PORTO LTDA	CLOVIS MACHADO, 3171 - JK	PORTO VELHO - RO	FRANCINEI SANTOS BARRETO	438.042.172- 49	(69) 3223- 8065; (69)3214- 5305 / 3223 8065

Protocolo 0032157823

**ATA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/ 2022/SUPEL-RO**

Origem:	Pregão Eletrônico nº 750/ 2021				
Data da Publicação no DOE:	16/ 09/2022	Data da Publicação da Homologação:	09/ 09/2022	Processo nº	0049.215250/ 2019- 12
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Saúde - SESA				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

**CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

**CLÁUSULA II - DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais médicos hospitalares, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

**CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### **CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.

Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

#### **CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES**

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1º do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

#### **CLÁUSULA VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXO ÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

#### CLÁUSULA VIII - DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	SHUNT DE CARÓTIDAS DIÂMETRO 9 FRENCH, DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO 15 CM	20,00	UND	TECMEDIC LEMAITRE VA	R\$ 2.230,00	R\$ 2.230,00	0,00	SALUTARY CENTRO NORTE COMERCIAL EIRELI
0002	PRÓTESE PTFE Nº 6 com 50 cm ou 70 cm de comprimento	15,00	UND	EXPAND-GRAFT	R\$ 2.057,60	R\$ 2.057,00	-0,03	INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA-EPP
0003	PRÓTESE PTFE Nº 8 com 50 cm ou 70 cm de comprimento	15,00	UND	EXPAND-GRAFT	R\$ 2.010,29	R\$ 1.400,00	-30,36	INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA-EPP
0004	PRÓTESE DACRON BIFURCADA Nº 16 X 8 mm	3,00	UND	VUP MEDICAL	R\$ 2.674,70	R\$ 1.696,66	-36,57	INFINITY MEDICAL 2002 LTDA
0005	PRÓTESE DACRON BIFURCADA Nº 18 X 9 mm	2,00	UND	VUP MEDICAL	R\$ 2.791,78	R\$ 1.795,00	-35,70	INFINITY MEDICAL 2002 LTDA
0006	CATETER FOGARTY (PARA TROMBECTOMIA) Nº 2	15,00	UND	RAWAMED	R\$ 251,10	R\$ 163,20	-35,01	D M A MACIEL E CIA LTDA
0007	CATETER FOGARTY (PARA TROMBECTOMIA) Nº 3	15,00	UND	RAWAMED	R\$ 251,10	R\$ 163,20	-35,01	D M A MACIEL E CIA LTDA
0008	CATETER FOGARTY (PARA TROMBECTOMIA) Nº 4	15,00	UND	RAWAMED	R\$ 251,10	R\$ 163,20	-35,01	D M A MACIEL E CIA LTDA
0009	CATETER FOGARTY (PARA TROMBECTOMIA) Nº 5	15,00	UND	RAWAMED	R\$ 251,10	R\$ 238,36	-5,07	D M A MACIEL E CIA LTDA

#### RAFAELA RAMIRO PONTES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

#### AMANDA TALITA DE SOUSA GALINAISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações

#### EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
------	--------------	----------	--------	---------------	-----	----------

04.383.642/ 0001-78	SALUTARY CENTRO NORTE COMERCIAL EIRELI	RUA MÉXICO, 1086 - NOVA PORTO VELHO	PORTO VELHO - RO	ODAIR JOSÉ DO NASCIMENTO	422.640.142- 53	(69)3222- 7302/ (69) 3224-1656 / (69) 9966- 4094
04.040.383/ 0001-82	INDUSTRIAS H. A. BARONE LTDA-EPP	Rua Fernão Pompeu de Camargo, 1990 - JARDIM TREVO	CAMPINAS - SP	CELESTE APARECIDA CAMARGO DE BARONE	044.153.908- 46	(19) 3238- 8615/ (19) 3238-6237
05.385.600/ 0001-39	INFINITY MEDICAL 2002 LTDA	Q SEPS 705/ 905 BLOCO C ENTRADA, 25 - ASA SUL	BRASILIA - DF	CAMILA ZAMBELLI GOIS	020.118.431- 11	(61) 3443- 2684
08.865.466/ 0001-61	D M A MACIEL E CIA LTDA	ROD JUSCELINO KUBITSCHKE, 300 - JARDIM MARCO ZERO	MACAPA - AP	DENISE MARILLU DO AMARAL MACIEL	752.150.392- 91	(96)-3217- 2818

Protocolo 0032120270

## CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES

Portaria nº 235 de 14 de setembro de 2022

**O CONTADOR GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Casa Civil, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

### RESOLVE:

Art. 1º. **DESIGNAR**, a servidora **BEATRIZ CAROLINE NUNES DA COSTA**, ocupante do cargo de Assessora, matrícula n. 300158123, para responder em todas as competências e atribuições administrativas nas ausências, impedimentos e férias, em substituição ao servidor LOURENÇO FERNANDES COSTA JUNIOR, matrícula n. 300133358, Controlador Interno, da Contabilidade Geral do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Luana Luiza Goncalves De Abreu Hey**

Contadora Adjunta COGES/RO

(Portaria nº 4 de 10/01/22 0023352880)

Protocolo 0032119348

## SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

Portaria nº 770 de 13 de setembro de 2022

### PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022/GAB/CRE/SEFIN/DETRAN

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na transferência de veículo autopropulsado com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora, realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, conforme Convênio ICMS 64/06.

**O COORDENADOR-GERAL DA RECEITA ESTADUAL** e o **DIRETOR-GERAL DO DETRAN**, no uso de suas atribuições,

**CONSIDERANDO** o disposto no Convênio ICMS 64/2006, que disciplina a operação de venda de veículo autopropulsado com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora, realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica;

**CONSIDERANDO** a Recomendação 001/2021/GAESF, que recomenda ao DETRAN a adoção de procedimentos especiais na transferência de veículos, com o objetivo de assegurar o cumprimento do Convênio ICMS 64/2006;

**CONSIDERANDO** a reunião realizada em 25 de novembro de 2021 entre a Coordenadoria da Receita